

ANEXO II

DECLARAÇÃO

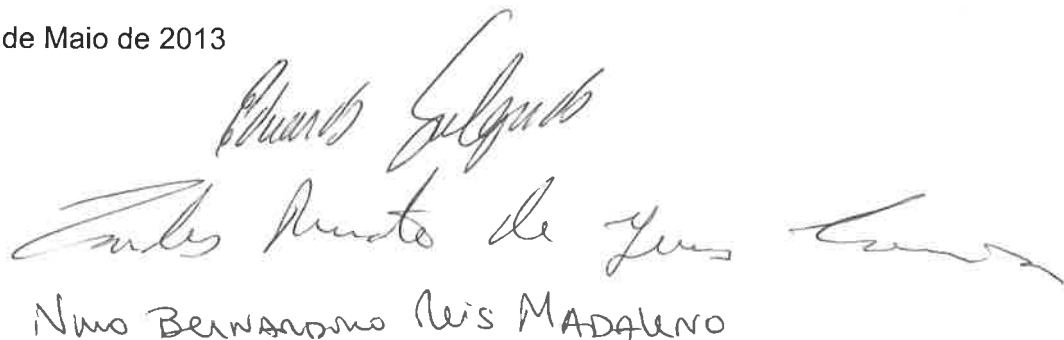
[a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 81º]

1 - **Carlos Renato de Jesus Correia**, contribuinte nº234427485, cartão de cidadão nº12162432 – 3ZZ0, residente na Rua Conselheiro Nunes da Silva nº 70 – 3800-531 Cacia – Aveiro, **Nuno Bernardino Reis Madaleno**, contribuinte nº199320764, cartão de cidadão nº 11448792 – 8zz7, residente na Rua Valmarinhas, nº7 – Agradas do Norte – Esgueira - 3800-345 Aveiro e **Eduardo Renato Valente Salgado**, contribuinte nº 201729628, cartão de cidadão nº 10331863 1 ZZ5, residente Rua dos Barros, Bloco A 244 R/C Dto – 3750-403 Espinhel, na qualidade de adjudicatários no procedimento de “Atribuição do direito de Exploração dos Bares e Restaurante do Largo do Botaréu / Praça 1º de Maio”, declaram, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional]
- c) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código,
- d) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho

- e) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de - obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal
- f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
1. O declarante junta em os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Águeda, 23 de Maio de 2013


Nuno Bernardino Reis MADALENO